

Técnicos querem BC sob controle

E preciso disciplinar a atuação do Banco Central, que tem liberdade para aumentar a dívida pública e agir como banco de investimento, em prejuízo de sua atividade clássica de autoridade monetária, de emitir a moeda necessária ao funcionamento da economia. O próprio Governo estimula a inflação ao obrigar o BC a emitir títulos sem recursos suficientes para resgatá-los no vencimento. E obrigado, então, a emitir mais títulos.

Estas são as principais conclusões da audiência pública de ontem, na Subcomissão do Sistema Financeiro, que reuniu os economistas André Lara Rezende, Décio Garcia Munhoz e Carlos Langoni. Os três foram unâimes em criticar a "confusão institucional" do Banco Central que só pode acabar com a redefinição de suas funções pela Constituinte e a adoção de instrumentos de controle pelo Congresso Nacional.

A confusão, explicaram com detalhes os três economistas, nasce quando o BC passa a cumprir as funções do Tesouro Nacional, responsável pela administração da dívida pública e executor do orçamento monetário da União. A principal distorção é o BC pressionar o mercado financeiro em busca de recursos que cubram os rombos do orçamento, porque o Governo gasta mais do que arrecada.

O ex-presidente do BC Carlos Langoni, o primeiro a falar, propôs uma reforma institucional que discipline a política monetária e evite bruscas flutuações

das taxas de juros, com efeitos prejudiciais à economia. Lembrou que é importante identificar com precisão as contas públicas hoje controladas pelo Banco Central para se "conhecer a magnitude do déficit público que a sociedade está disposta a arcar".

Langoni defendeu a independência da autoridade monetária em relação ao poder Executivo. "Não pode ser extensão do ministro da Fazenda", disse. A fórmula é "emagrecer" o BC, retirando as atividades que hoje acumula, com objetivos definidos pela Constituinte e a diretoria aprovada pelo Congresso. A autonomia, previu, até protegeria o Executivo dos desgastes decorrentes de políticas monetárias impermeáveis a pressões conjunturais de curto prazo.

CONTROLE

Professor da Universidade de Brasília, Décio Munhoz insistiu numa idéia: a sociedade, através do Legislativo, deve controlar o Executivo. As dívidas públicas interna e externa são aumentadas sem autorização do Congresso, que de na sabe. Em 1986, denunciou, o BC assumiu uma dívida externa de 9 bilhões de dólares, "duas vezes mais que a moratória vai conseguir".

O Banco Central não pode puxar os juros, como fez em 86 para conter o excesso de demanda, nem determinar o horário de funcionamento dos bancos — Munhoz condenou o excesso de atribuições concedidas ao BC, que capta recursos cuja destinação é ignorada pela sociedade.

Munhoz apontou casos

como o da Eletrobrás, que tem todas as suas receitas comprometidas com o custo financeiro de sua dívida, para demonstrar que o Banco Central é utilizado pelo Governo a fim de sustentar as estatais mas não é obrigado a prestar contas ou informar à opinião pública.

Ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, André Lara Rezende lançou uma acusação aos constituintes. Toda vez que sintoniza o programa *Voz do Brasil*, fica em "desconforto ao ouvir projetos que criam despesas sem criar receitas". E exatamente isto, segundo ele, o que acontece no BC. Ele pediu a transparência dos orçamentos públicos — fiscal, monetário e das estatais.

Quando tem de bancar os rombos, o Banco Central tem duas alternativas, afirmou Lara Rezende. Ou emite moeda e de imediato provoca hiperinflação, ou tenta financiar o déficit com a venda de títulos públicos. Neste caso, pressiona o mercado financeiro na disputa por dinheiro e, em consequência, empurra as taxas de juros para cima, encarecendo ainda mais o custo da dívida.

Lara Rezende informou que os gastos com subsídios e fomento, excluídos do orçamento monetário, levam o seu gestor, o Banco do Brasil, a pressionar o BC. Mesmo com o fim da contamovimento, o Banco do Brasil tem disponibilidade de sacar recursos sem a contrapartida de receitas. Como Langoni e Munhoz, Lara Rezende sugeriu maior vigilância do Legislativo sobre o Governo.